

1 **Ata da 339ª Reunião Ordinária do Pleno do CES/SP de 25/03/2024.**
2 Ao vigésimo quinto dia do mês de março de dois mil e vinte quatro foi
3 realizado a trecentésima trigésima nona reunião ordinária do Pleno do
4 Conselho Estadual de Saúde, por meio eletrônico, com as seguintes
5 **REPRESENTAÇÕES E PRESENCAS: I - PODER PÚBLICO - SECRETARIA**
6 **DE ESTADO DA SAÚDE:** Eudes Quintino de Oliveira Junior (Titular); Belfari
7 Garcia Guiral (Suplente); Claudia Vieira Carnevalle (Titular); Bruno Marcelo
8 Lopes Santos (Suplente) – **SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE** – Silvio
9 Augusto Balan Garcia (Suplente) - **UNIVERSIDADES DO ESTADO DE SÃO**
10 **PAULO** – Angela Maria Bacha (Titular); Carmen Cecília de Campos Lavras
11 (Suplente); Carmem Silva Gabriel (Titular) – **II - PRESTADORES**
12 **PRIVADOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE - ENTIDADES FILANTRÓPICAS:**
13 Alfredo Joaquim de Lima (Titular);- Gisele Dominicci Silva de Moraes
14 (Suplente) - **ENTIDADES COM FINS LUCRATIVOS:** Gabrielle Maraina
15 Rodrigues (Suplente) - **III - REPRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE**
16 **SAÚDE - REPRESENTANTES DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES**
17 **NA ÁREA DA SAÚDE:** Adilton Dorival Leite (Suplente); Leandro de Oliveira
18 (Titular); Valdemir Vieira (Titular); Marcella Milano (Suplente) - **CONSELHOS**
19 **DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL:** Waldecir Paula Lima
20 (Suplente); Luciana Canetto Fernandes (Suplente); Carolina Jessica da Silva
21 Salado (Suplente) – **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE:**
22 Haino Burmester (Titular) – **IV - REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS -**
23 **CENTRAIS SINDICAIS:** José Osvaldo Pereira dos Santos (Suplente);
24 Robsom William Loroño (Titular); Jonathan Faleiros (Titular) –
25 **ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES DE PATOLOGIA** – Sheila Ventura Pereira
26 (Titular) – **ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA-** Danilo
27 Moretti Ferreira (Titular); Cristiane Daniel (Suplente) - **MOVIMENTOS**
28 **POPULARES DE SAÚDE:** Dimitri Auad (Suplente); Maria Zélia de Brito
29 Souza (Titular); Tereza Aparecida Machado (Titular); Walter Francisco Barros
30 (Suplente); Juraciara Fonseca dos Santos Morcillo (Titular); Dora Martins dos
31 Santos (Suplente) - **PROGRAMA OU MOVIMENTO RELIGIOSO DE**

32 **DEFESA DA SAÚDE:** João Inácio Mildner (Titular); Jorge Luiz Nunes Florindo
33 (Suplente) – **JUSTIFICARAM A AUSÊNCIA I – PODER PÚBLICO –**
34 **SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE:** Celia Cristina Pereira Bortoletto
35 (Titular) – **UNIVERSIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO –** Deisy de
36 Freitas Lima Ventura (Suplente) – **II – PRESTADORES PRIVADOS DE**
37 **SERVIÇOS DE SAÚDE – ENTIDADES COM FINS LUCRATIVOS –** Inaldo
38 Rocha Leitão Filho (Titular) - **III – REPRESENTAÇÃO DOS**
39 **PROFISSIONAIS DE SAÚDE: REPRESENTANTES DOS SINDICATOS DE**
40 **TRABALHADORES NA ÁREA DA SAÚDE:** Ricardo de Oliveira (Titular); Kátia
41 Aparecida dos Santos Araújo (Suplente) – **CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO**
42 **DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL:** Viviani dos Santos Fontana (Titular) –
43 **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE –** Flávia Ismael Pinto
44 (Suplente) - **IV - REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS – CENTRAIS**
45 **SINDICAIS:** Maria Giuliana S. Lima dos Santos (Titular); Valdeci Henrique
46 da Silva (Suplente); Célia Regina Alvez Castello Folhas (Suplente) –
47 **ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES DE PATOLOGIA –** Nadir Francisco do
48 Amaral (Suplente) – **MOVIMENTOS POPULARES DE SAÚDE –** Marileide
49 Sousa Silva Luna (Titular), Ledivan Lopes Seabra – **ASSOCIAÇÕES DE**
50 **MORADORES –** Rubens Alves Pinheiro (Suplente) - **AUSENTES – I –**
51 **SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE:** Michelle Luis Santos (Titular);
52 Roberta Aparecida da Silva Meneghetti (Suplente) – **III – REPRESENTAÇÃO**
53 **DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE – ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS**
54 **DE SAÚDE:** Dalila Viana de Freitas (Titular); Milton Massayuki Osaki
55 (Suplente) – **IV – REPRESENTAÇÕES DOS USUÁRIOS – ASSOCIAÇÕES**
56 **DE PORTADORES DE PATOLOGIA –** Tábata Dellagostin de Oliveira
57 (Titular); Clarisia Viscardi Moniz Ramos (Suplente) – **ASSOCIAÇÕES DE**
58 **DEFESA DE INTERESSE DA MULHER -** Ana Maria Martins Soares (Titular);
59 Maria José Majô Jandreice (Suplente) – **ASSOCIAÇÕES OU MOVIMENTOS**
60 **POPULARES DE DEFESA DO CONSUMIDOR –** Juliana Peneda Hasse
61 (Titular); Maria Eugênia Ferraz do Amaral Bodra (Suplente) – **ASSOCIAÇÕES**
62 **DE MORADORES –** Cirlene Souza Machado (Titular) - O Secretário Executivo

63 cumprimenta todos, faz a chamada e estabelece o quórum com 21 conselheiros em
64 condições de voto e neste momento passa a palavra ao Dr. Eudes representante da
65 Secretaria da Saúde para dar as boas-vindas a todos que na sequência dá por iniciados
66 os trabalhos passando a palavra ao Secretário Executivo para que leve adiante a pauta
67 do dia. O Secretário Executivo esclarece sobre os informes como primeira ordem do dia
68 e conforme o Regimento teria até às 8:30 da manhã para encaminhar no e-mail do CES
69 e que não foi recebido nenhum informe, esclarece ainda que no decorrer e após o último
70 pleno os conselheiros fizeram alguns questionamentos à Secretaria Executiva e antes
71 de iniciar a reunião lembra alguns fatores e alguns indicativos constante no Regimento,
72 no que diz respeito ao tempo de fala para cada Conselheiro sendo de 3 minutos e que a
73 pauta é longa e pede aos conselheiros que se atentem tempo, solicita ainda aos
74 membros da Mesa |Diretora, Belfari, Leandro, Padre João e o Jonathan para fazer o
75 controle do tempo dos conselheiros fazendo a intervenção quando chegar esses 3
76 minutos, em seguida o conselheiro Belfari pede a palavra para antes de iniciar, dar as
77 boas-vindas à nova técnica da Secretaria Executiva a Jandira, pois com a aposentadoria
78 da nossa colaboradora Neusa Diotto houve a necessidade de reforço da equipe,
79 agradece a Jandira e deseja muito sucesso para a Neusa em seu novo ciclo. Na
80 sequência o Secretário Executivo passa para a ordem do dia que é a pauta da reunião
81 sendo que o primeiro item é homologação dos coordenadores titulares e adjuntos das
82 comissões; da Comissão de Informação Comunicação e Educação Permanente: o
83 Coordenador Titular Jorge Florindo e Coordenadora de adjunta Dora Martins; na
84 Comissão de Saúde Mental: a Coordenadora Titular Marileide Luna e como
85 Coordenadora adjunta Flávia Ismael; na Comissão de Políticas: o Coordenador Adjunto
86 Rubens Pinheiro, na Comissão de Integração Entre Conselhos: o Coordenador adjunto
87 Dimitri Auad, foi colocado em regime de votação a homologação dos Coordenadores
88 titulares e adjuntos das comissões citadas e encerrada a por 21 votos a favor, nenhum
89 voto contrário e nenhuma abstenção. O segundo item de pauta é uma homenagem à
90 professora Elsa Lobo, colocando o seu nome na Secretaria Executiva do Conselho
91 Estadual de Saúde e a relatoria é da Mesa Diretora representada pelo Conselheiro
92 Belfari que pediu para que colocar a apresentação em tela e relembra que no pleno
93 passado fizeram um minuto de silêncio em memória a Professora Elsa Lobo e que foi
94 apresentado a Mesa Diretora que autorizou que a colocação em Pauta a homenagem

95 mais formal que fizesse jus a jornada da Professora Elsa Lobo, a Professora Elsa ela
96 nasceu em 30 de Abril de 1937 em São Paulo e faleceu agora dia 24 de fevereiro de
97 2024, pela PUC de São Paulo em jornalismo, começou trabalhar na área de
98 Planejamento da Secretaria da Fazenda quando ingressou na sua militância política em
99 oposição à ditadura civil militar, atuou como Secretária Executiva do Conselho Estadual
100 de Saúde e foi logo no início como a primeira Secretária Executiva deste Conselho,
101 criado em 1993 ela ficou por 10 anos e teve uma atuação fundamental, uma pessoa
102 sempre voltada para o social e de fundamental importância na implantação das
103 ouvidorias no Estado de São Paulo e na Secretaria da Saúde ajudou a identificar áreas
104 de melhoria e também a implantação do Centro de Referência do Idoso. Foi
105 homenageada algumas vezes, sendo Medalha de Honra ao mérito na Gestão Pública
106 Saúde, medalha Walter Leser e o boletim do Instituto de Saúde, o boletim comemorativo
107 dos 35 anos tem uma bela homenagem a ela, entre outras tantas contribuições
108 inúmeras homenagens. Após a apresentação passa a palavra ao Secretário Executivo
109 para dar continuidade à pauta, foram feitas considerações que justificaram a intenção de
110 homenagear a professora Elsa Lobo com o seu nome no espaço da Secretaria
111 Executiva do Conselho Estadual de Saúde, e para isso foi colocado em regime de
112 votação para aprovação, sendo aprovado por 23 votos a favor, nenhum voto contrário e
113 nenhuma abstenção; seguindo a ordem do dia o próximo item de pauta é a aprovação
114 da Minuta do Projeto Lei de Criação do Conselho Estadual de Saúde e para o
115 entendimento dos novos conselheiros o Secretário Executivo explica como se deu a
116 discussão a respeito do Projeto e inclusive com tentativas de alteração de Regimento,
117 que se constatou que o importante para poder fazer alteração do Regimento era fazer
118 uma proposta vinda do Conselho para ser encaminhada ao Executivo sobre a alteração
119 da Lei do Conselho esclarece ainda que o ano passado foi criado um Grupo de Trabalho
120 e aprovado no Pleno, e que esse GT se dedicou a estudar a Lei existente e fazer as
121 alterações com as contribuições dos conselheiros e para isso foi aberto um espaço de
122 10 dias para que os conselheiros pudessem encaminhar suas sugestões e a
123 Conselheira Teresa Machado que foi a Coordenadora desse trabalho, esclarece ainda
124 que como terminaram a atualização da Lei em Novembro não foi possível passar no
125 pleno anterior e por essa razão está sendo incluído nesse Pleno até mesmo para que
126 introduzir os novos conselheiros neste processo e passa a palavra à Conselheira Teresa

127 que fez uma leitura da Minuta – já encaminhada a todos os Conselheiros - esclarecendo
128 as alterações da Lei 8356/1993, sendo encaminhado para o Jurídico da Secretaria e o
129 Dr. Eudes que está presente fez a revisão e não teve nada que desabonasse, em
130 seguida passou a palavra para Mesa Diretora para colocar para o Secretário Executivo
131 para dar a o encaminhamento para aprovação, o Secretário Executivo agradece a
132 conselheira Tereza e logo após declara que tem 06 (seis) pessoas inscritas, na seguinte
133 ordem: Robson, Belfari, Jorge Florindo, Valdecir e Angela Bacha, Dimitri Aud e encerrou
134 as inscrições no Walter. O Conselheiro Robson sugere a eleição para presidente do
135 Conselho, seja bienalmente, a conselheira Tereza esclarece que já foi corrigido para 2
136 anos, para coincidir com o mandato dos conselheiros. O conselheiro Belfari na sua
137 manifestação considera que esta minuta como sendo um avanço em vários aspectos,
138 que na sua visão são muito caros, primeiro é a quantidade de Conselheiros, Conselho
139 Estadual de Saúde , sempre foi paritário de acordo com a Lei é inegável, com o
140 respaldo legal para os 30 conselheiros, mas é um avanço termos 32, vai ao encontro da
141 resolução 453 que estabelece 25% entre de trabalhadores e 25% gestores prestadores
142 e a conta dá certo então, daí o avanço de 30 para 32, outro avanço é a inclusão na
143 nossa estrutura da Mesa Diretora, para agilização dos processos, com respostas
144 rápidas, e com a liderança de cada segmento, consegue agilizar e depois homologar em
145 reunião plenária, outro avanço nesse mesmo artigo é identificar o nível hierárquico da
146 composição da Secretaria Executiva porque em 30 e tantos anos ficamos limitados (e
147 menciona o apoio do atual Gabinete) em organizar a Secretaria Executiva, enfatiza que
148 hoje e e ao longo desses 30 anos foram pessoas que vieram por idealismo e não uma
149 progressão profissional. um reconhecimento inclusive financeiro pelo seu trabalho. E isto
150 é um reconhecimento do trabalho, reconhecimento este que pode sim inclusive ter
151 pessoas outras interessadas em vir para cá e poder contribuir, uma questão de um
152 estímulo para agregar e para que outros profissionais também vislumbrem não só o
153 trabalho mas o reconhecimento, e por esses três eu quero parabenizar o grupo de
154 trabalho, lembrando que esta lei precisa de regulamentação. O conselheiro Jorge
155 Florindo, sentiu-se contemplado com a resposta que a conselheira Teresa Machado. A
156 conselheira Angela também foi contemplada e seu único comentário foi em relação ao
157 título que está faltando o Conselho Estadual de “**Saúde**” de São Paulo. O próximo é o
158 Conselheiro Dimitri que pergunta se ele tem a prerrogativa de pedir vistas ao processo

159 e justifica que não nada contra ao que foi apresentado, mas entende que o Regimento é
160 uma Peça fundamental no processo e o Regimento é pautado em cima da Lei e tem que
161 seguir os parâmetros, enfim o que tá pré-determinado na legislação se houver alguma
162 coisa não prevista vai impactar no Regimento é só uma questão de esclarecimento ao
163 projeto de Lei ora apresentado que é a minuta e que foi um processo que se deu dentro
164 do desse colegiado e que ele não participou do processo e sente a necessidade de
165 aprofundar mais e discutir com seus pares e entende que é algo extremamente
166 relevante e importante é essa sua preocupação. O conselheiro Belfari pergunta que com
167 base no Regimento o senhor oficialmente pede vistas? E esclarece que ao pedir vistas a
168 matéria é retirada de pauta e o conselheiro tem 15 dias antes do próximo reunião
169 plenária para apresentar o relatório, esclarece ainda que o direito é regimental e que de
170 toda forma o conselheiro que pediu as vistas tem e pode se utilizar da prerrogativa da
171 colaboração de qualquer outro Conselheiro, mas a responsabilidade é do Conselheiro
172 que pede vistas. Na sequência passa a palavra para o Secretário Executivo que
173 considerando a solicitação de pedido de vistas, informa que este assunto
174 automaticamente sai de pauta, portanto eu não irei passar a palavra para os outros
175 conselheiros, dando prosseguimento à ordem do dia. O próximo item é aprovação da
176 Recomendação a Assembleia Legislativa referente recursos da Saúde e da Educação, a
177 relatora é a conselheira Teresa Machado coordenadora da COFIN, que deu início a
178 leitura do documento – vale lembrar que todos os conselheiros receberam o documento
179 previamente – e concluiu; considerando que após análise dos fatos a Comissão de
180 orçamento e Finanças vinculada ao Conselho Estadual de Saúde de São Paulo,
181 recomenda a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo a não aprovação da
182 proposta da Emenda a Constituição Estadual número 09/2023 de maneira que seja
183 mantida a vinculação Estadual de receitas orçamentárias para Educação estabelecida
184 no artigo 255 da Constituição do Estado que define que o Estado aplicará anualmente
185 na manutenção e no desenvolvimento do ensino público no mínimo 30% da receita
186 resultantes de impostos incluindo recursos provenientes de transferência este Conselho,
187 no entanto ratifica a necessidade urgente de ampliação dos gastos Estaduais Paulista
188 em ações e serviços públicos de saúde de maneira que seja superada a média Histórica
189 de 2022 - 2023 de aplicação com recurso próprio e transferência Constitucionais e
190 Legais de 12,8, por que se aproxima muito do percentual mínimo determinado pela Lei

191 Federal 141/2012 que para os Estados é de 12% isto porque este Conselho reconhece
192 que o Sistema Único de Saúde- SUS, sofre atualmente as consequências do
193 envelhecimento da população, necessidade crescente de incorporação de novas
194 tecnologias e medicamentos, os efeitos tardios da pandemia da Covid 19 e o
195 agravamento de outras doenças no quadro de doenças, das transições climáticas, como
196 por exemplo, o aumento de doenças cardiorrespiratórias, doenças infecciosas, doenças
197 psiquiátricas, aumento de subnutrição, disseminação de doenças transmitidas pela água
198 e especialmente para a conjuntura Paulista o aumento de doenças afetadas a as
199 arboviroses urbanas como a epidemia de dengue em curso em relação aos
200 atendimentos no Estado de São Paulo o SUS representa em torno de 50% dos
201 atendimentos de média complexidade e 70% de alta complexidade, os Hospitais
202 Filantrópicos têm enfrentado a defasagem da tabela de procedimentos SUS
203 ocasionando desorganização financeira e reduzindo a oferta de serviços afetando
204 negativamente o acesso resultando em atrasos e congestionamentos no sistema,
205 recebem em média R\$ 60 por cada R\$ 100 que empregam na assistência pública, esse
206 desequilíbrio ano após ano gerou déficit progressivo nas contas das organizações
207 diversas, fecharam as portas ou diminuíram seu volume de atendimento aos pacientes
208 do SUS ,em 2023 a FEHOPS informou que a dívida dos Hospitais Filantrópicos do
209 Estado de São Paulo soma em torno de 5 bilhões, no entanto este Conselho destaca: O
210 que define a Constituição de 1988 e Lei Federal número 8080/1990 respectivamente ao
211 estabelecer que Saúde é Direito Universal e dever do Estado garantindo mediante
212 políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros
213 agravos ao acesso Universal e Equalitário as ações e serviços para sua promoção
214 proteção e recuperação e determinando determinado de maneira específica os níveis de
215 saúde expressam a organização social e econômica do País tendo a saúde como
216 determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento
217 básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, atividade física e transporte, o
218 lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais de modo que se aprende que o direito
219 constitucional à saúde deve ser garantido pelo Estado através de políticas sociais e
220 econômicas condicionadas também e especialmente a educação além de outras
221 variáveis da organização social, portanto, em obediência ao que determina a
222 Constituição de 1988 e as Leis Orgânicas do SUS este Conselho registra através desse

223 documento o entendimento de que não pode ser alcançada a melhoria das condições de
224 saúde da população Paulista a partir :de prejuízo das demais políticas sociais e
225 especialmente a educação e serra fileiras na defesa da ampliação do percentual de
226 aplicação da Gestão Estadual na Área da Saúde tal como das demais políticas sociais.
227 A conselheira Tereza termina a leitura explicando que a COFIN elaborou esse
228 documento com base nas análises dos dados trabalhados em 2022 e 2023 e que tanto a
229 Comissão de Orçamento e esse Conselho devem se colocar em defesa do orçamento
230 da Seguridade Social, pois foi assim que foi criado o SUS e jamais poderemos nos
231 colocar a favor do descumprimento da Constituição e passou a palavra para a Secretaria
232 Executiva que informa a primeira inscrição do Conselheiro Alfredo, que cumprimenta a
233 todos novamente e esclarece que como já disse na reunião da COFIN sobre a uma
234 questão que não ficou muito tão clara. O Conselho Estadual de Saúde e o Parecer da
235 COFIN é para que a sugestão do governador de direcionar um recurso não utilizado viria
236 pro Conselho Estadual de Saúde, onde imagino que não tem informações da Educação
237 para avaliar se isso está sobrando ou não e o Conselho vai dizer que ele não quer esse
238 recurso?, não consegui entender a dinâmica do Conselho Estadual de Saúde dizer que
239 ele não quer o recurso, e como eu disse na COFIN são 35 anos de Constituição e estou
240 na filantropia há 15anos é a primeira vez que eu ouço uma proposta prática de aumento
241 de recurso para pro repasse principalmente em relação à tabela dos filantrópicos então
242 e uma saída para que não haja um colapso do atendimento, acho que nós estamos
243 negando uma proposta real com algo a se discutir a cobrar que nunca aconteceu, então
244 vejo como uma manutenção do Risco, colapso do atendimento não consegui eu não
245 consigo entender a dinâmica do Conselho Estadual de Saúde dizer que não pode tirar
246 um recurso segundo o governador sobrando ou alguma outra forma que acho que quem
247 teria que fazer essa defesa, imagino que seja a Educação e não a Saúde, se realmente
248 esse dinheiro não pode vir e a educação tem informações para dizer que não pode, ok
249 mas não acho que nós temos conhecimento de números disso salvo o engano do meu
250 entendimento. A conselheira Tereza responde que queremos o recurso, mas solicitaram
251 ao governo que ele cumpra a Lei Orgânica do SUS, tem onde buscar outro recurso e a
252 própria Constituição do Estado garante esses 30%, e que esses 30% da Secretaria de
253 Saúde e da Secretaria da Educação tá lá dentro do Governo e cabe ao Executivo
254 manter essa Lei Orgânica do SUS, ele tem que buscar fonte de recurso que não seja de

255 tirar da onde tem o tripé da Seguridade Social, porque o SUS está condicionado à
256 Educação, um não tá desligado do outro e isso nos preocupa a solicitação de chegar
257 para pelo menos 17% do orçamento do Estado está para a Saúde e nós começamos
258 fazer essa solicitação em mais um recurso próprio e não retirando desse tripé desde
259 2022 a COFIN tem solicitado esse incremento de 5% do Estado, o ideal para seria 20%,
260 Tem municípios que está tirando do recurso próprio em torno de 30% o que nós não
261 aceitamos é que retire desse tripé. O Conselheiro Alfredo complementa e esclarece que,
262 que naquele 50% e 70% mencionados são atendimentos que os filantrópicos fazem do
263 SUS, 50% dos atendimentos de média complexidade e 70% da alta complexidade e
264 reforça e continua afirmando ainda que eu não entendeu é a dinâmica do Conselho
265 Estadual de Saúde recusar um recurso e que que não cabe a ao Conselho Estadual de
266 Saúde, é a única proposta existente para melhorar a assistência e a produção e volta
267 para a discussão semântica da Constituição tudo que nunca acontece que é muito
268 bonito mas na prática não acontece e uma clareza e fala em nome do setor filantrópico
269 que o risco do colapso do atendimento do SUS iminente é importante que todos tenham
270 essa noção e acredita que o Dr. Eudes tenha esse conhecimento. A Conselheira
271 Juraciara manifesta sua e diz que acredita que esta esse percentual, quando se fala da
272 educação, ressalta que as escolas de ensino superior na área da saúde que estão
273 sucateadas e com superlotação na Unicamp e em Ribeirão e fazem parte da Saúde que
274 não é só a filantrópica porque a ela não atende a alta complexidade a maioria das
275 Santas Casas no interior que abaixo de 100.000 habitantes não têm esse recurso e
276 passam para as escolas universitárias em saúde, esse dinheiro deveria ser destinado a
277 essas Instituições, porque as filantrópicas tem recurso do Estado da Federação,
278 Emendas Parlamentares e complementação do Município, não vejo como uma recusa e
279 sim que esse dinheiro seja destinado em saúde nas grandes Universidades e temos que
280 ter uma visão mais ampla do que é Educação. O Conselheiro Dimitri entende e acredita
281 que a essência das propostas do documento lido está oportuna só faria duas
282 ponderações; uma inclusive de inserção de dois termos no documento, ou seja, que
283 dos propósitos do documento é dizer que você não pode vestir uma área desvestido
284 outra, e a questão da Assistência Social está intimamente ligada, o problema é
285 específico, não dá para depreciar, escantear a questão da Assistência Social, por
286 exemplo porque a renda mínima, a segurança alimentar e nutricional são determinantes

287 para que não haja agravos e nem geração de doenças temos que realmente colocar na
288 agenda de forma ou defender o tempo todo a questão da Assistência Social, e temos
289 que avançar na questão mais recursos para Saúde e para a Assistência Social e sugere
290 a inserção no documento questão de doenças originadas de causa hídrica, e também
291 de causa atmosférica, pois o ar também adocece, a outra sugestão é quando se fala em
292 renda, colocaria também a questão da renda mínima para fortalecer na questão da
293 Seguridade Social e solicita a Conselheira Juraciara que faça uma inserção no
294 documento a respeito das Universidades. A Conselheira Carmen, concorda com a
295 Conselheira Tereza, mas entende que é perigoso a flexibilização, pois hoje é a
296 Educação amanhã seremos nós e concorda que temos que manter os tetos
297 determinados para os segmentos e sugere que poderia constar no documento nesse
298 momento é o maior investimento em hospitais públicos do estilo dos Hospitais
299 Estaduais, mencionar os indicadores da Atenção Básica. O Conselheiro Dr. Haino se
300 manifesta para endossar as palavras do Conselheiro Alfredo, reforçando que não cabe
301 uma manifestação do Conselho Estadual de Saúde e se intrometer no orçamento outra
302 Pasta, caberia a própria Educação fazer essa defesa. A Conselheira Maria Zélia,
303 defende o documento na íntegra por que o é cumprir a Lei que é objetiva e não pode a
304 flexibilização na diminuição das políticas públicas essenciais como é a questão da
305 Educação e da Saúde é a partir da educação que conseguimos o nível científico porque
306 conseguimos em tão pouco tempo e foi no Estado de São Paulo que chegou rápido
307 sobre a questão do Covid naquele momento estávamos sem recursos e não podemos
308 tirar recurso nenhum das questões da Educação e nem da Saúde tem uma lei
309 determinante que diz que não podemos abrir mão de Receitas. O documento está
310 objetivo, considerando a Lei Federal nº 141/2012. portanto defendo o documento na
311 íntegra. O Conselheiro Alfredo se desculpa, pois não se atentou que no texto da COFIN
312 constava o parágrafo falando das filantrópicas, só ficou confuso porque ele fala em
313 relação aos atendimentos do Estado de São Paulo, o SUS representa em torno de 50%
314 e 70%. Sendo que o atendimento dos filantrópicos no Estado de São Paulo representa
315 50% da média complexidade e 70% da alta, e esclarecendo também para a Conselheira
316 Juraciara. A conselheira Tereza se prontificou em fazer a correção no documento e
317 enviar aos Conselheiros. O Secretário Executivo sugere, que como foram levantadas
318 algumas questões importantes, para os Conselheiros enviarem por escrito no e-mail do

319 CES, para oficializar e formalizar, e após as considerações finais da Conselheira Tereza,
320 se comprometendo a fazer as inclusões sugeridas, o documento foi colocando em
321 regime de votação, com a aprovação de:16 votos a favor, 2 votos contrários e 2
322 abstenções. O Secretário Executivo passa para o próximo item de pauta que é a
323 aprovação do calendário das oficinas do Projeto Participa Mais e passa a palavra para o
324 Conselheiro Jorge da CIE, para esclarece para os conselheiros que não conhecem o
325 Projeto do que se trata essa oficina. O Conselheiro Jorge explica que é uma parceria
326 com o CEAP contratado pelo Ministério da Saúde e descreve todas as experiências com
327 o Projeto, na sequência o Conselheiro Jonathan parabeniza todos pela continuidade do
328 Projeto e se coloca à disposição para quaisquer colaborações. Em seguida o calendário
329 é colocado em regime de votação: com 8 votos a favor, nenhum voto contrário e
330 01abstenção. O Secretário Executivo dá prosseguimento ao próximo item de pauta que
331 é a homologação do nome de Dr. Eudes representante do Segmento Gestor na Mesa
332 Diretora, em substituição ao Conselheiro Belfari Garcia Guiral, passo a palavra à mesa.
333 O Conselheiro Belfari explica o um processo de construção de composição da mesa
334 diretora é comum a todos, esclarece que esteve presente na composição da mesa por
335 questão de agenda do Dr..Eudes não pode estar e consultou os demais Gestores por e-
336 mail e não houve nenhuma objeção na substituição e essa questão tem como principal
337 objetivo ter o Gabinete do Secretário, composto pela Secretária Executiva e Chefe de
338 Gabinete mais próximos do Conselho Estadual de Saúde. Colocado em regime de
339 votação foi aprovado por 19 votos a favor e nenhum voto contrário. O próximo item de
340 pauta é a Constituição do GT de relatoria, e o Secretário Executivo, faz um breve
341 resumo das atribuições, que é de elaborar junto com a secretaria executiva os pareceres
342 dos instrumentos de gestão e o Conselheiro Belfari, reforça ainda que este GT de
343 relatoria é fundamental para expressar os anseios os desejos referente aos instrumentos
344 de planejamento. Ricardo, esclarece ainda que o comitê é composto por: 2 (dois)
345 Conselheiros do segmento usuário, 1(um) Conselheiro do segmento gestor e 1(um)
346 Conselheiro do segmento trabalhador, se candidataram os seguintes conselheiros:
347 Segmento Gestor: Gabrielle – Segmento Trabalhador: Waldecir Lima e do Segmento
348 Usuário: Tereza e Juraciara, colocando em regime de votação o GT de Relatoria: por 22
349 votos a favor nenhum voto contrário nenhuma abstenção. Dando prosseguimento, o
350 próximo item de pauta é a indicação de um conselheiro do Segmento Usuário para o

351 Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Butantã, após alguns esclarecimentos sobre
352 no que consiste este comitê, foi colocado em regime de votação o nome candidata Maria
353 Zelia do Segmento Usuário, aprovado com 21votos a favor e nenhum voto contrário e
354 nenhuma abstenção. O próximo item de pauta é a homologação da participação dos
355 conselheiros no 35º congresso do COSEMS que é o Congresso dos Secretários
356 Municipais de Saúde; sendo do Segmento Usuário Tereza Machado, Robson, Valdecir,
357 José Osvaldo e Tabata, o segmento usuário e a Luciana, Valdemir, Dalila e a Marcela
358 do Segmento Trabalhador, em regime de votação: aprovado por 20 a favor, nenhum
359 voto contrário e nenhuma abstenção. Passando para o último item de pauta que é sobre
360 a Constituição da Comissão Organizadora para a 5ª Conferência Estadual de Saúde do
361 Trabalhador e da Trabalhadora, que será constituída 8 membros, sendo 4(quatro) do
362 segmento Usuário, 2(dois) do segmento Trabalhador e 2(dois) do segmento Gestor.
363 Ricardo faz uma breve explicação em relação as atribuições dessa Comissão.
364 Conselheiros que se candidataram: Segmento Gestor: Claudia Carnevale e Gabrielle –
365 Segmento Trabalhador: Valdemir e Marcela – Segmento Usuário: Tereza, Juraciara,
366 Dora e Walter, em regime de votação foram aprovados com 21 votos a favor, nenhum
367 contrário e nenhuma abstenção. Encerrada a votação, o Secretário Executivo passa a
368 palavra para o Dr. Eudes, Representante da Secretaria da Saúde para suas
369 considerações finais e encerramento da reunião e agradece a todos e ao Dr Eudes,
370 novo membro da mesa diretora e aproveita a oportunidade para desejar a todos uma
371 boa Páscoa. Dr. Eudes enaltece o trabalho de todos e considera muito importante
372 trabalho de diretriz, objetivos para as políticas públicas da saúde no Estado e como
373 também foi guindado a esse novo posto hoje fez uma rápida apresentação a todos; e diz
374 que está na Secretaria na Chefia de Gabinete, sua formação é Jurídica e de Promotor
375 de Justiça aposentado pelo Estado de São Paulo, foi professor e Reitor de Universidade
376 e agora está colaborando na Secretaria nesse cargo e que é realmente um desafio
377 muito grande, trabalhou algum tempo na Promotoria eu fazia o serviço Criminal, sempre
378 foi Promotor Criminal durante 30 anos, depois enveredou para área da Saúde, quando
379 eu começou a estudar Bioética, fez um Doutorado, um Pós-doutorado nesta área, foi fui
380 para Brasília trabalhou no Ministério da Saúde na Comissão Nacional Saúde, no
381 CONEP, Comitê Comissão Nacional de Ética em Pesquisa com Humanos e lá
382 conseguiu ter uma penetração maior na área da saúde e entender melhor e agora na

383 composição do governo foi convidado para ocupar esse cargo justamente em razão
384 dessa experiência que já trazia comigo e acredita que irão fazer um bom trabalho é
385 importantíssima a participação da Secretaria junto aos senhores conselheiros, e ouvir os
386 reclamos os pleitos e saber qual é o direcionamento que está sendo dado isso é muito
387 importante não em termos de política mas em termos de relacionamento e em termos de
388 construção de políticas públicas viáveis necessárias e indispensáveis para o nosso
389 Estado e fica muito satisfeito em pertencer a esse grupo, desejou muito sucesso a todos
390 nesta empreitada. Despediu-se e encerrou a reunião.